A CARREIRA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA PARANAENSE: ENTRE AS PREVISÕES LEGAIS E AS CONDIÇÕES REAIS DE TRABALHO

Fernanda Wiegand Mayer (PIBIC/CNPq), Simone de Fátima Flach (Orientador), email: sfflach@uepg.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Educação

Educação. Política Educacional.

Palavras-chave: profissionais da educação, valorização docente, condições de trabalho, legislação.

Resumo

O presente trabalho tem como foco as condições de trabalho dos professores paranaenses, enquanto elemento que compõe a valorização destes profissionais. Para tanto, realizamos levantamento da legislação nacional e estadual que apresentam aspectos de valorização da categoria docente, levantamento bibliográfico no Banco de Teses e Dissertações da CAPES que trataram especificamente sobre a realidade paranaense e, por fim, aplicamos questionários a professores atuantes em escolas públicas para levantar dados a respeito de suas percepções sobre as condições de trabalho vividas no cotidiano. A análise dos documentos legais, das produções e dos dados levantados junto aos professores demonstra que há um conjunto de fatores que causam desgaste emocional, adoecimento e sobrecarga de trabalho, contribuindo para a desvalorização dos profissionais já em exercício e desmotivação para ingresso na carreira docente.

Introdução

O Brasil se caracteriza como um Estado democrático de direito, e como tal segue um aparato jurídico-normativo expresso em Leis, Normas e Regulamentos oriundas de diferentes esferas administrativas (federal, estadual e municipal). Sob tal organização, os principais documentos e Leis que vigoram atualmente que estão relacionados a valorização dos professores são: a Constituição Federal de 1988, destacando o inciso V e VIII do artigo 206, a Lei de Diretrizes e bases da Educação (Lei nº9394/96), artigo 67, destacando o inciso VI, e no Paraná, a Lei complementar nº 103/04. Todas essas leis existem para garantir a valorização do professor por meio de vários meios, como: carreira (ingresso por meio de concurso público – provas e títulos), piso salarial, condições adequadas de trabalho, formação continuada e tempo destinado ao planejamento escolar.

Apesar de tais leis, o sistema capitalista exigiu maior flexibilização do trabalho atingindo também as esferas educacionais e provocando a sua intensificação e precarização, aumentando o número de professores insatisfeitos com o seu trabalho (OLIVEIRA,2004). No Paraná, essa flexibilização gerou na criação do Paranaeducação, uma instituição privada com convênio com o SEED (Secretaria Estadual de Educação) que permitiu a contratação de professores temporários ao invés da admissão por meio de concursos, prejudicando imensamente os professores pela sobrecarga e precarização do trabalho (MARONEZE,2011). Caldas (2007) define como condições de trabalho do professor o conjunto de recursos disponíveis para a realização adequada de sua profissão, como infraestrutura, materiais didáticos e apoio aos educadores e escola, e Grochoska (2015) coloca

quatro elementos principais a serem considerados quanto a isso, são eles: jornada de trabalho, número de horas-atividade, número de alunos por sala e saúde do professor de forma geral. A partir deste levantamento teórico, buscamos trabalhos no site de Teses e Dissertações da CAPES sobre condições de trabalho de professores no estado do Paraná e aplicamos questionários a professores de duas escolas Paranaenses, objetivando contribuir sobre os aspectos relacionados à valorização do professor também como um todo, comparando os dados que foram obtidos nos questionários respondidos pelos professores com a literatura e com o que se estabelece nas leis federais e estaduais.

Material e Métodos

Para a realização do trabalho, buscamos levantar as Leis em esfera Federal e Estadual que regem o País e o estado do Paraná no que diz respeito às leis trabalhistas e de que forma preveem a valorização do professor. Também realizamos um levantamento bibliográfico no Banco de Teses e Dissertações da Capes no período de agosto a dezembro de 2018 sobre trabalhos que foram realizados no estado do Paraná e que tratam especificamente do tema condições de trabalho como um dos elementos essenciais para a valorização docente, as palavras-chave utilizadas foram: professores, condições de trabalho e Paraná. A pesquisa também foi direcionada a professores que atuam no ensino público e na área de ensino fundamental, objetivando a obtenção de dados de como as pesquisas tratam as condições de trabalho de professores da educação básica do Paraná, selecionando 3 dissertações para leitura e aporte teórico, bem como auxílio na exposição dos resultados e discussão. As dissertações intitulam-se: “Condições de Trabalho: Percepção de Docentes do Ensino Fundamental”, por Adriano de Oliveira, “As Mudanças no Mundo do Trabalho, o Labor Educativo e a Saúde Docente: o Caso de Professores do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Foz do Iguaçu –PR”, por Alcione José Kölln e “Um Estudo Sobre as Condições de Trabalho das Professoras e Professores do Ensino Fundamental da Rede Pública e Privada no Paraná”, por Fabiana Thomé da Cruz, todos realizados em 2013. Também foram aplicados questionários aos professores atuantes do ensino fundamental de duas escolas públicas do campo, localizadas em zona rural na cidade de Palmeira (Paraná), a pesquisa tem caráter quali-quantiativo e foi composta de 18 perguntas, destas 7 fechadas, 10 perguntas semi-abertas e 1 pergunta aberta, com um retorno de 25 questionários dentre 43 professores. O objetivo foi de colher dados sobre como são as percepções sobre as condições de trabalho destes professores nessas escolas, relacionando estes dados com as Leis que foram levantadas e as dissertações analisadas.

.

Resultados e Discussão

Nas dissertações analisadas, Oliveira, Kölln e Cruz (2013) constatam em suas pesquisas a falta ou insuficiência de recursos básicos ou (internet, salas de aula adequadas, materiais didáticos), insatisfação dos professores com o salário, hora-atividade insuficiente, pouco envolvimento dos pais dos alunos e número elevado de alunos por turma, isso demonstra a insatisfação geral dos professores sobre suas condições de trabalho e estes se sentem desvalorizados tanto pela sociedade como pelo próprio governo. Oliveira define as condições de trabalho como “desgastantes e pesadas”, Kölln acredita que o trabalho do professor vem sendo precarizado e intensificado e Cruz afirma que a sobrecarga de trabalho vem sendo naturalizada, pela sociedade e pelos próprios professores (OLIVEIRA, KÖLLN & CRUZ, 2013).

Quanto aos questionários aplicados aos professores, 90% consideram o tempo de hora-atividade insuficiente e levam trabalho para casa com certa frequência, sabendo que a Legislação prevê tempo destinado a planejamento escolar, na prática este tempo não é suficiente para que o professor realize o seu trabalho de forma adequada. O professor 8 da escola 1 relata um pouco sobre esta questão:

> Atualmente estou insatisfeito, falta mais tempo na escola (hora-atividade) para planejamento de aulas/projetos, o professor acaba levando muito trabalho para casa, afetando a vida pessoal e consequentemente a familiar também.

Aproximadamente metade dos professores alegou ter tido problemas de saúde relacionados à profissão docente nos últimos 12 meses, como pressão alta, ansiedade, estresse, problemas de articulação, problemas de garganta e voz e depressão. Este dado é preocupante, visto o número de professores que participaram da pesquisa é possível perceber que os professores estão adoecendo cada vez mais por conta da profissão. O professor 10 da escola 2 relata sobre estes problemas:

> ... Os cuidados com a saúde física e mental acabam ficando para um segundo plano, talvez por este motivo observo muitos profissionais da educação sobrevivendo à base de medicamentos e sem expectativas de melhorias a curto e longo prazo.

Quanto à infraestrutura, houve muita variação de respostas (desde ruim, regular e boa), algumas das justificativas que apareceram para esta questão foram: “é regular, pois o número de salas de aula é insuficiente”, “ruim porque faltam salas de aula e banheiros”, “boa, mas faltam salas de aula e quadra coberta”. Sendo a infraestrutura o local em que se efetivam as condições de trabalho, esta também pode ter um caráter muito subjetivo e pessoal para cada professor sobre o que permeia entre algo “bom” e “ruim”.

O número de alunos por turma foi considerado elevado a moderado para a maioria, e o número considerado ideal pelos professores variou entre 20 a 25 alunos, sabendo que a média de alunos por turma nessas escolas ultrapassa de 30 alunos por turma é possível observar que a média está bem longe do ideal, o que pode prejudicar e sobrecarregar o trabalho destes professores.

Quanto ao salário, sendo uma questão pessoal e delicada, não foram questionados aos professores quanto estes ganham ou gostariam de ganhar, ficando apenas com suas percepções pessoais. Neste caso, também houve variação de respostas, desde “ruim”, “regular” e “bom”, no entanto nenhum professor considera o seu salário como excelente.

Dentre os professores pesquisados, 80% consideram a participação dos pais na educação dos alunos como insatisfatória, fato que os afeta direta ou indiretamente, pois acabam tendo de lidar com problemas familiares, alunos indisciplinados, e assumir outras funções que fogem ao seu papel de professor.

Mais de 80% dos professores considera as ações das políticas educacionais (responsáveis por assegurar e efetivar os direitos trabalhistas dos professores) como insatisfatórias ou inexistentes, bem como consideram o professor como um profissional desvalorizado atualmente, mostrando a insatisfação dos professores quanto às ações governamentais e a própria sociedade.

Conclusões

Concluímos que há maior necessidade de discussão sobre as condições de trabalho e valorização dos professores, visto serem profissionais de grande importância social. O sentimento perceptível de falta de otimismo e perspectivas na profissão mostra a insatisfação dos professores com o seu trabalho, que não conseguem mais encontrar prazer e realização na profissão e sentem-se sobrecarregados. Além disso, professores que estão para ingressar na carreira têm dúvidas se seguirão nesta área. Com isto é possível levantar as seguintes questões: o que será do futuro educacional? Quem serão os novos professores, e quantos?

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq, disponibilidade da bolsa e apoio à UEPG, e à minha orientadora, Professora Dra. Simone, por todo o apoio, ensinamento e incentivo à pesquisa.

Referências

BRASIL. *Constituição*. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394,de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*,Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CALDAS, R. Andréa. *Desistência e resistência no trabalho docente*: um estudo das professoras e professores no ensino fundamental da rede municipal de educação de Curitiba. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná. 2007.

DA CRUZ, T. Fabiana. *Um estudo sobre as condições de trabalho de professoras e professores do ensino fundamental da rede pública e privada no Paraná*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná. 2013.

GROCHOSKA, M. A. *Políticas educacionais e a valorização do professor:* carreira e qualidade de vida dos professores de educação básica do município de São José dos Pinhais,-PR**.** (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná - UFPR. Curitiba. 2015.

KÖLLN, J. Alcione. *As mudanças no mundo do trabalho, o labor educativo e a saúde docente:* o caso dos professores do ensino fundamental da rede estadual de Foz do Iguaçu –PR.2013. 216 f. Dissertação (Mestrado, Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

MARONEZE, Z. F. Luciane. *A precarização do trabalho docente na rede estadual de educação básica do Paraná (1995 –2002)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá. 2011.

OLIVEIRA, Adriano. *Condições de trabalho:* percepção dos docentes do ensino fundamental. Dissertação (Mestrado em Educação). UTFPR. 2013.

OLIVEIRA, A. Dalila. *A Reestruturação do Trabalho Docente:* Precarização e Flexibilização. Educação e Sociedade, Campinas –SP, v.25, n.89, p.1127-1144,2014.

PARANÁ. *Lei Complementar Nº 103/04*. Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. Disponível em:<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=7470&indice=1&totalRegistros=1> Acesso em 2018.